

### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### PREGÃO ELETRÔNICO PREFEITURA DE JECEABA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023

(Processo Administrativo n° 063/2023)

#### AVISOS IMPORTANTES.

#### INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA COMPRAS BR - PORTAL DE LICITAÇÕES.

- 1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:
- a) Acessar o painel pregão eletrônico em https://comprasbr.com.br/
- b) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a>. Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema. OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (fornecedor).
- c) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema.
- d) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema. OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção Fornecedor, CNPJ e senha.

#### ATENÇÃO.

Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/representante, utilizando o CPF e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

Havendo dúvidas o interessado poderá contatar o Setor de Licitações pelo telefone (31) 3735-1275. Em caso de ligação é importante que o licitante evite se identificar ou identificar a empresa, assegurando, assim, o relevante sigilo de sua participação na licitação.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Jeceaba, Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n° 20.356.739/0001-48, sediada à Praça Dagmar de Souza Lobo s/n, bairro centro, Jeceaba-MG, CEP 35498-000, realizará licitação, de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais para utilização no laboratório da Estação de Tratamento de água - ETA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se também o Decreto Municipal nº **002/2022** e as exigências estabelecidas neste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO**: A partir das 9h00min do dia 13/06/2023 até às 08h59min do dia 27/06/2023.

ABERTURA DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO: Às 9h00min do dia 27/06/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 9h00min do dia 27/06/2023.

Iniciada a Sessão não será admitido o recebimento de propostas e/ou documentação.

LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA: https://comprasbr.com.br/.

Registra-se que o presente processo licitatório na modalidade pregão na forma eletrônica, será realizado através do sistema - COMPRAS BR – PORTAL DE LICITAÇÕES considerando Termo de Acesso concedido ao Município pelo sistema - COMPRAS BR – PORTAL DE LICITAÇÕES.

Todas as publicações legais relativos ao presente certame ocorrerão no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, veiculado no endereço eletrônico <a href="www.diariomunicipal.com.br/amm-mg">www.diariomunicipal.com.br/amm-mg</a>, especialmente as decisões proferidas no âmbito deste certame, que serão publicadas no referido meio eletrônico, incluídas aquelas atinentes a respostas de questionamentos, impugnações e demais atos vinculados ao certame, bem como no sítio eletrônico do Município: www.jeceaba.mg.gov.br e no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de materiais para utilização no laboratório da Estação de Tratamento de água ETA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal no sítio <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a>, por meio de certificado digital.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
  - 4.1.1.Os itens que serão de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte deverão preencher os requisitos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021;
  - 4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



### Estado de Minas Gerais

- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
  - 4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
  - 4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sancões previstas em lei e neste Edital.
- 4.6 Os licitantes deverão utilizar o sistema **COMPRAS BR PORTAL DE LICITAÇÕES** para apresentar a documentação de habilitação, ofertar a proposta e enviar seus lances.
- 4.7 A participação em licitação, expressamente reservada à Empresas de Pequeno Porte EPP, Microempresas ME e Microempreendedores Individuais MEI, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar ou contratar com o Município, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais (Acórdão RCU 298/2011 Plenário), salvo se não comparecerem no mínimo três fornecedores competitivos que enquadrem nestas condições.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 4.8 Não será admitida a participação na presente licitação de empresas que se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:
  - a) em processo de falência, em recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
  - b) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
  - c) estrangeiras que não funcionem no país;
  - d) que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública;
  - e) cooperativas.
  - f) Licitantes que possua em seu quadro de pessoal servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 8 666/93.
- 4.9 Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.
- 4.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "SIM" ou "NÃO" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.11. Termo/declaração de aceite, nos termos do art. 26, § 4º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, a qual declara não existir Impedimento para se habilitar na presente licitação e que cumpri todas as exigências do instrumento convocatório e da legislação.

#### 5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema COMPRAS BR PORTAL DE LICITAÇÕES, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de acesso à área do usuário indicado pelo fornecedor no **sistema** COMPRAS BR PORTAL DE LICITAÇÕES.
- 5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1 Valor unitário do item com a MARCA do produto conforme o caso;
  - 6.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações iguais à especificação do Termo de Referência.
- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na entrega e no fornecimento dos produtos.
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na negociação final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5 A Proposta encaminhada e julgada via sistema é suficiente para convalidar a legitimidade do licitante participante.
  - 6.5.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
  - 6.5.2 A proposta que não constar a validade será considerada automaticamente válida por 60 (sessenta) dias.
- 6.6. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
- 6.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
  - 6.11.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.
- 7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4.

- 7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 7.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



### Estado de Minas Gerais

- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 10% (dez por cento).
- 7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
  - 7.26.1. No país;
  - 7.26.2. Por empresas brasileiras;
  - 7.26.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.26.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
  - 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.28.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.



### Estado de Minas Gerais

- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
  - 8.3.1.Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
  - 8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
  - 8.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24(vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.
    - 8.6.1.É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
    - 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-
- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
  - 8.9.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
  - 8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital e o disposto na Lei nº 14.133/2021.

#### 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<a href="www.portaldatransparencia.gov.br/ceis">www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</a>);
  - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php).
  - c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU;
  - 9.1.1.Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
  - 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
    - 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
  - 9.1.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
  - 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  - 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 9.2.1.O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### 9.8. Habilitação jurídica:

- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### 9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:
- 9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 9.10. Qualificação Econômico-Financeira.

- 9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2. **Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - 9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

- 9.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

#### 9.11. Qualificação Técnica

- 9.11.1. **Comprovação de aptidão** para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
  - 9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
  - 9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
  - 9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
  - 9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item (ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte quatro) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:
  - 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
  - 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### 11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 11.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### 15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência, nos termos da lei 14.133/2021.

#### 16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
  - 16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos 14.1333/2021;

#### 17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 17.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
  - 17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - 17.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 17.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  - 17.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 17.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 17.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

#### 18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### 19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### 20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### 21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, c licitante/adjudicatário que:
  - 22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
  - 22.1.3. Apresentar documentação falsa;
  - 22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 22.1.6. Não mantiver a proposta;
  - 22.1.7. Cometer fraude fiscal;
  - 22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 22.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

#### 23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

#### 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitação@jeceaba.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Pça Dagmar de Souza Lobo, s/n°, centro, seção de Licitações e Contrato.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 24.3. Caberá à Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 24.6. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
  - 24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
    - 24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

#### 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <a href="http://jeceba.mg.gov.br">http://jeceba.mg.gov.br</a> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.jeceaba.g.gov.br, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 25.12.1. **ANEXO I** TERMO DE REFERÊNCIA
  - 25.12.2. **ANEXO II** DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
  - 25.12.3. ANEXO III DECLARAÇÃO UNIFICADA.
  - 25.12.4. ANEXO IV PROPOSTA.
  - 25.12.5. ANEXO V DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONOMICA.
  - 25.12.6. **ANEXO VI** DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
  - 25.12.7. ANEXO VII DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE VINCULO.
  - 25.12.8. ANEXO VIII MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
  - 25.12.9. **ANEXO IX** MINUTA DE CONTRATO.
  - 25.12.10. **ANEXO X** DECLRAÇÃO DE IDONIEDADE.

ANEXO XI - PLANILHA DE PREÇOS

Jeceaba, 22 de maio de 2023.

Karen Cristina de Jesus Pereira Silva Almeida Pregoeira



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### **ANEXO I**

#### TERMO DE REFERÊNCIA LEI - LEI Nº 14.133 - Art. 6º inciso XXIII.

#### 1. OBJETO

Aquisição materiais para utilização no laboratório da Estação de Tratamento de água (ETA).

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Contratação encontra-se amparada no  **Artigo 6º Inciso XXIII Letra B** pela Lei Federal **nº 14.133/2021** e Decreto Municipal nº **002/2022.**
- 2.2. Tendo como base ao princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a administração publica excuta suas atribuições essências ou necessárias aos administrados, entendese que a aquisição do objeto deste Termo de Referência é imprescindível para proporcionar o correto tratamento de água.
- 2.3 Tal solicitação se justifica pela necessidade para aquisição de equipagem do laboratório, como parte da rotina de trabalho da ETA e como requisito necessário à adequada prestação dos serviços de tratamento de água executado pelo Município. Água tratada é a água submetida a processos físicos, químicos ou combinação destes, visando atender ao padrão de potabilidade estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 005/2017, alterada pela Portaria GM/MS Nº 888/2021.
- 2.4 Para controle e garantia da qualidade da água bruta e tratada distribuída na sede do Município, se faz necessária a aquisição de vidrarias e utensílios para laboratório visando o desenvolvimento de analises físico- químicas e bacteriológicas, a fim de assegurar a potabilidade.

#### CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS - Artigo 6º Inciso XXIII Letra A - Lei nº 14.133/2021.

Item	Descrição de Materiais	Quant.	Unidade
01	Balde de plástico graduado,	04	Unid.
	- Material: Transparente;		
	- Capacidade: 20 litros;		
	- Intervalo de graduação: 1 litro;		
	- Composição: Polietileno;		
	- Para uso industrial, com resistência a utilização de produtos químicos;		
	- Deve conter: Alça reforçada.		
02	Béquer forma baixa em Vidro Borossilicato,	04	Unid.
	- Com bico vertedor;		
	- Capacidade: 1000 mL;		
	- Intervalo de graduação: 50 mL;		
	- Escala de graduação: de 50 a 1000 mL;		
	- Cor da graduação: branca;		
	- Diâmetro aproximado: 108 mm;		
	- Altura aproximada: 156 mm.		
03	Béquer Polipropileno Graduado,	05	Unid.



### Estado de Minas Gerais

	0		
	- Copo béquer forma baixa;		
	- Capacidade: 50 mL;		
	- Autoclavável;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 5 mL;		
	- Escala de graduação: de 10 a 50ml;		
	- Gravação: Silk-screen.		
04	Béquer Polipropileno Graduado,	06	Unid.
	- Copo béquer forma baixa;		
	- Capacidade: 100 mL;		
	- Autoclavável;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 10 mL;		
	- Escala de graduação: de 10 a 100 ml;		
	- Gravação: Silk-screen.		
05	Béquer Polipropileno Graduado,	06	Unid.
00	- Copo béquer forma baixa;	00	Office.
	- Capacidade: 250 mL;		
	- Autoclavável;		
	- Com bico vertedor;		
	·		
	- Intervalo de graduação: 25 mL;		
	- Escala de graduação: de 25 a 250 ml;		
	- Gravação: Silk-screen.		
06	Béquer Polipropileno Graduado,	06	Unid.
	- Copo béquer forma baixa;		
	- Capacidade: 600 mL;		
	- Autoclavável;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 50 mL;		
	- Escala de graduação: de 50 a 600 ml;		
	- Gravação: Silk-screen.		
07	Béquer Polipropileno Graduado,	15	Unid.
	- Copo béquer forma baixa;		
	- Capacidade: 1000 mL;		
	- Autoclavável;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 100 mL;		
	- Escala de graduação: de 100 a 1000 ml;		
	- Gravação: Silk-screen.		
08	Caixa Térmica para transporte e de amostras de água,	02	Unid.
	- Corpo termoplástico de parede dupla, isolado termicamente com espuma	<b>-</b>	23.
	de poliuretano;		
	- Sistema de abertura da tampa tipo click que é acionado através de um		
	botão localizado na alça da caixa;		
	- Abre para qualquer lado, trancando automaticamente ao fechar;		
	- Material não tóxico e reciclável;		
	- Cor externa azul ou verde e cor interna branca;		
-00	- Dimensões aproximadas: 39 x 27 x 34,5 cm (C x L x A).	4 4	[1!.]
09	Cubetas,	14	Unid.
	- Redonda;		
	- Em vidro borossilicato;		
	- Com rosca e tampa;		
	- 24,5 x 78,6 mm;		
	- Compatível com o equipamento: Turbidímetro Microprocessado de		
			24



### Estado de Minas Gerais

	Bancada II, Com memória – Alfakit.		
10	Cubetas,	14	Unid.
10	- Redonda;		Onia.
	- Em vidro borossilicato;		
	- Com rosca e tampa;		
	- 16 mm;		
	- Compatível com o equipamento: Medidor de Cor Aparente IIP, Com		
	memória – Alfakit.		
11	Cubetas,	14	Unid.
'''	·	14	Office.
	- Redonda;		
	- Em vidro borossilicato;		
	- Com rosca e tampa;		
	- 10 ml;		
	- Compatível com o equipamento: Turbidímetro TU430 –		
	AKSO.		
12	Cubetas,	14	Unid.
	- Em vidro com tampa;		
	- 10 mL;		
	- Compatível com o equipamento: Fotômetro de bolso linha Checker Free		
	Chlorine (ppm).		
13	Eletrodo Combinado para determinação de pH em amostras de água,	02	Unid.
	- Escala de pH: 0 a 14;		
	- Escala de temperatura: 0 a 60 °C;		
	- Valor do pH no ponto zero: 7 +/- 1;		
	- Corpo do eletrodo: vidro;		
	- Líquido interno substituível;		
	- Conector: tipo BNC;		
	- Dimensões aproximadas: 12 mm (diâmetro) x 140 mm (comprimento);		
	- Comprimento aproximado do cabo: 1000 mm.		
14	Luvas Látex Branca,	15	Unid.
	- Tamanho M;		
	- Sem pó;		
	- Caixa com 100 unidades.		
15	Pisseta plástica graduada,	06	Unid.
	- Frasco lavador plástico;		
	- Incolor;		
	- Autoclavável;		
	- Capacidade: 125 mL;		
	- Gravação: Silk-screen.		
16	Pisseta plástica graduada,	06	Unid.
	- Frasco lavador plástico;	-	-
	- Incolor;		
	- Autoclavável;		
	- Capacidade: 250 mL;		
	- Gravação: Silk-screen.		
17	Pisseta plástica graduada,	15	Unid.
''	- Frasco lavador plástico;	.0	J.114.
	- Incolor;		
	- Autoclavável;		
	- Adiociavavei, - Capacidade: 500 mL;		
	- Capacidade: 500 ML, - Gravação: Silk-screen.		
18	Pisseta plástica graduada,	15	Unid.
10		10	Offid.
	- Frasco lavador plástico;		
1	- Incolor;		



### Estado de Minas Gerais

	- Autoclavável;		
	- Adiociavavei, - Capacidade: 1000 mL;		
	- Gravação: Silk-screen.		
19	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	08	Unid.
19	- Capacidade: 100 mL;	00	Offic.
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 1,0 mL;		
	- finervalo de graduação: 1,0 mz, - Graduação: Alto relevo;		
20	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	08	Unid.
20	- Capacidade: 100 mL;	00	Offid.
	- Capacidade: 100 IIIL, - Com bico vertedor;		
	- Com bico vertedor, - Intervalo de graduação: 1,0 mL;		
	- intervalo de graduação: 1,0 mL, - Gravação: Silk-screen;		
21	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	06	Unid.
21		06	Onia.
	- Capacidade: 250 mL;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 2,0 mL;		
- 22	- Graduação: Alto relevo;	00	اد: ما ا
22	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	06	Unid.
	- Capacidade: 250 mL;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 2,0 mL;		
- 00	- Gravação: Silk-screen;		Lieti
23	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	06	Unid.
	- Capacidade: 500 mL;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 10 mL;		
	- Graduação: Alto relevo;		11.11
24	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	06	Unid.
	- Capacidade: 500 mL;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 10 mL;		
	- Gravação: Silk-screen;		
25	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	02	Unid.
	- Capacidade: 1000 mL;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 10 mL;		
	- Graduação: Alto relevo;		
26	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	02	Unid.
	- Capacidade: 1000 mL;		
	- Com bico vertedor;		
	- Intervalo de graduação: 10 mL;		
	- Gravação: Silk-screen;		
27	Suporte de plástico para secagem de vidrarias,	02	Unid.
	- Confeccionada em polipropileno;		
	- Capacidade para 25 peças;		
	- Altura aproximada dos pinos 13 cm;		
	- Diâmetro aproximado dos pinos início 5mm término 8 mm;		
	- Dimensões aproximadas do suporte 50 50 cm;		
28	Termômetro para Estufas Bacteriológicas,	02	Unid.
	- Escala interna;		
	- Capilar redondo amarelo ou branco;		
	- Enchimento de mercúrio;		
	- Fechamento redondo;		
			26



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- Escala: -10 °C à 320 °C;
- Divisão: 5 °C;
- Precisão: ±2°C (até 210°C)/ ±3°C (acima de 210°C);
- Comprimento: 150 mm;
- Haste: 120 mm;
- Diâmetro da haste: 7mm;

4. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

- Diâmetro do corpo: 11,75mm.

4.1 - O sistema de fornecimento dos objetos licitados será em entrega parcelada, pelo período de 05 dias contados a partir da assinatura do contrato, mediante requisição do Setor de Compras, que será emitida em 2 (duas) vias, nos termos do **Artigo 6º Inciso XXIII Letra A – da Lei nº 14.133/2021.** 

- 4.2 Correrá por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes do fornecimento.
- 4.3 Por ocasião da entrega, a (as) fatura (s) ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela mesma razão social, inclusive o CNPJ do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.
- 4.6 Por ocasião do fornecimento, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.
- 4.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, forma de 05 (cinco) dias após o recebimento da **ordem de compra**, enviada pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da aquisição nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 4.5 A empresa deverá entregar os produtos nos locais e endereços constantes da Ordem de Compra, emitidos pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Jeceaba.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### 5. DA VIGENCIA DO CONTRATO.

5.1 - A vigência do contrato vigorará por 12 (dose) meses a contar da assinatura e por ser fornecimento continuo a critério da administração poderá o contrato ser prorrogado até 60 (sessenta meses na forma do artigo **106, da lei nº 14.133/2021**, mediante comprovação de maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.

#### 6. GARANTIA

6.1 - Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de um ano, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior, nos termos do **Artigo 6º Inciso XXIII Letra C da lei** nº 14.133/2021.

#### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Requisitar, por meio de Requisição de Fornecimento, os produtos, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante e atestar o recebimento gradual dos produtos.
- 7.2 Conferir o fornecimento dos produtos, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pelos produtos nas condições especificadas.
- 7.3 Proporcionar condições à licitante vencedora para fornecimento dos produtos dentro das normas estabelecidas.
- 7.4 Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade no fornecimento e interromper imediatamente o fornecimento se for o caso.
- 7.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.
- 7.6 Impedir que terceiros forneçam o objeto deste edital.
- 7.7 Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.
- 7.8 Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos.
- 8.2 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando o fornecimento em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade no fornecimento dos produtos;
- 8.3 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;
- 8.4 Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar o fornecimento, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários:
- 8.5 Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;
- 8.8 Fornecer produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas vigentes.Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei;
- 8.9 Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a entrega dos materiais, seja decorrente de vícios de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.
- 8.10 Não transferir, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos;
- 8.11 Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;
- 8.12 Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do fornecimento do objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 8.13 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento dos materiais.
- 8.14 Todas as obrigações acima declaradas estão amparadas na lei nº 14.133/2021.

#### 09 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

09.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato, **nos temos da Lei 14.133/2021**.

#### 10. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura. A Nota Fiscal deverá informar a modalidade e número da licitação, descrição detalhada do objeto, número do empenho e dados bancários acompanhados das provas de regularidade com Previdência Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidões de Regularidade Fiscal das Fazendas Públicas da União, Estado e Município e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos 11 Trabalhistas, conforme prevê a Lei nº 12.440/2011, e estar devidamente atestada pela Secretaria competente e Gestor do Contrato. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;
- 10.2 Na nota fiscal/fatura relativa ao objeto entregue, entre outras informações deverão constar: referência explícita e acorde com o Contrato decorrente deste processo licitatório; descrição mais completa possível dos itens; quantidades e preços unitários de cada item ofertado.
- 10.3 A Contratada deverá apresentar junto com a Nota Fiscal/fatura, quando for o caso:
- 10.3.1. Fatura discriminada, devidamente atestada pelo(s) fiscal(ais) designado(s) pela Administração;
- 10.3.2. Cópia do comprovante de recolhimento de INSS da Nota Fiscal se houver;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 10.3.3. Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples. Deverão ser informado na Nota Fiscal as empresas que são optantes pelo simples nacional, assim como as alíquotas constantes nos anexos;
- 10.3.4. Recolhimento do INSS relativo aos funcionários (Guia da Previdência Social GPS);
- 10.3.5. Recolhimento do FGTS relativo aos funcionários (Guia de Recolhimento do FGTS GRF);
- 10.3.6. Certidões de regularidade fiscal das Fazendas Públicas Nacional, Estadual e Municipal.
- 10.4. O prazo mencionado para pagamento refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido, os mesmos serão devolvidos à Contratada para nova apresentação.
- 10.5. Caso a Contratada entregue certidão com data expirada ou que venha a expirar antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.
- 10.6. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 10.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 10.7 O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária ou cheque nominal;
- 10.8 Todos os critérios de pagamentos estão amparados neste termo na forma do **artigo 141, da Lei nº 14.133/2021.**

#### 11. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO.

- 11.1 A fiscalização do Contrato será exercida pela servidora, conforme indicado no artigo 120 da Lei Nacional nº 14.133/2021.
- 11.2 Competirá ao fiscal dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.
- 11.3 A fiscalização fixada neste Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios etc. e na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o **artigo 120 da Lei Nacional nº 14.133/2021.**



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 11.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.
- 11.5 O fiscal do Contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.
- 11.6 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
  - a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
  - b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissionais exigidas;
  - c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
  - d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
  - e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
  - f) A satisfação do público usuário.
- 11.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 da Lei Nacional nº 14.133/2021.
- 11.8 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

#### 12 – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

12.1 - O registro de preço independe de previsão orçamentária; isso porque não há obrigatoriedade de contratação, nos termos do Decreto Federal n. 7.892/2013 e artigo 6º XXIII, letra g, da Lei nº 14.133/2021.

#### 13 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS.

13.1 - É responsabilidade da licitante vencedora providenciar todo e qualquer documento necessários para execução do objeto, assim como licenças ambientais e outros, quando necessário.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

#### 14 – DA RESCISÃO.

- 14.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei nº14.133/2021.
- 15.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### 15 - DO JULMENTO

15.1 - Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Edital e seus anexos, apresente o menor preço por item, nos termos do artigo 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

#### 16 - DA REVISÃO DOS PREÇOS

- 16.1- Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 16.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 16.3 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 16.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 16.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 16.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 16.5.2 Solicitar documentação que comprove fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis; que representem um caso fortuito ou de força maior, para conceder a reequilíbrio econômico financeiro;
- 16.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. 16.7 A revisão dos preços está amparada **no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.**

#### 17 - DA PROPOSTA

17.1 - No valor da proposta deverão estar incluídos todos os custos com impostos, taxas, fretes, assim como todos os custos necessários ao completo à prestação dos serviços ora solicitado.

#### 18 – DA JUSTIFICATIVA DA RELAÇÃO ENTRE DEMANDA, QUANTIDADE.

18.1. A Secretaria Licitante teve como fundamento e elementos técnicos para definição do quantitativo dos produtos a serem consumidos, o gasto médio realizado, no período entre os últimos doze meses, nos termo da Lei nº 14.133/2021.

#### 19 – DO MODELO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 19.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 19.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 19.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 19.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

19.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

19.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

19.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

19.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

19.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

19.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

19.11 O órgão ou entidade poderá convocar o profissional para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31°).

#### 20 - ORGÃO REQUISITANTE.

20. 1 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

#### 21 - DO FUNDAMENTO LEGAL

21.1 A contratação para o objeto deste Termo de Referência está fundamentada na Lei Nacional nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 002/2022.

#### 22 – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

22.1 O Contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos **termos do Artigo 133, inciso I, da Lei Nacional nº 14.133/2021.** 

#### 23 - DA SUBCONTRATAÇÃO.

23.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 24. PENALIDADES

- 24.1 Comete infração administrativa, ainda, nos **termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021,** a CONTRATADA que:
- a) Inexecução total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.
- 24.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 24.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

#### 24.2.2 Multa de:

- a) Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.
- 24.2.3 Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jeceaba/ MG pelo prazo de até 02 (dois) anos.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 24.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 24.3 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.
- 25.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Nacional nº 14.133/2021.
- 24.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- 24.6. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 7, a seguir.
- 24.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

#### **TABELA 01**

Grau Correspondência	% do valor Global do Contrato
1	1%
2	5%
3	10%
4	15%
5	20%
6	30%

#### **TABELA 02**

1715-1271 01					
Item	Descrição	Grau	Incidência		
01	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência		
02	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material contratado por outro de qualidade inferior.	3	Por ocorrência		
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	1	Por dia e por posto		
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	4	Por ocorrência		
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência		



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

06	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência.
08	Deixar de fornecer autorização para abastecimento.	2	Por item e por ocorrência
09	Deixar de nomear preposto para representá-la durante a execução do contrato.	1	Por item e por ocorrência
10	Deixar de cumprir horário/prazo estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	2	Por dia de ocorrência
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
13	Deixar de Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
14	Deixar de Providenciar alternativas de abastecimento em caso de panes, falta do combustível, casos fortuitos ou de força maio	1	Por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e do edital do Pregão Presencial e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

- 24.8. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 24.8.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 24.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 24.9. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados na Lei nº 14.133/2021.

#### 27 - DA CONCLUSÃO.

26.1. A presente descrição dos produtos tem por finalidade estabelecer condições para melhorar o desempenho do contratado, aprimorando assim a gestão pública e permeando a contratação de segurança jurídica, além de proporcionar adequação desta instituição municipal às atuais exigências



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

impostas, notadamente no tocante ao planejamento, a transparência, ao controle e a responsabilização dos gestores e justifica-se pela necessidade do uso correto do cultivo de mudas.

Jeceaba, 28 de fevereiro de 2023.

Wagner Machado Marques Pereira Secretária de Obras e Serviços Urbanos



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7°, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(Razão Social do LICITA	NTE), inscrita no	CNPJ sob o nº		, sediada n	í
(endereço completo),	declara, sob as pe	enas da Lei, para os fins	s requeridos no inci	so XXXIII, d	C
artigo 7° da Constituição F	ederal, consoante	o que se estabeleceu no	o artigo 1°, da Lei n°	9.854, de 2	7
de outubro de 1999, que r	não tem em seu q	uadro de empregados, r	menores de 18 anos	s em trabalh	(
noturno, perigoso ou insa condição de aprendiz, a pa		em qualquer trabalho,	menores de 16 ar	ios, salvo n	8
Local, de	de 2023.				
	(Nome e as	ssinatura do Declarante)			

Carimbo de CNPJ da empresa



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa ...., inscrita no CNPJ sob o nº ..., situada na ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ....., abaixo assinado, DECLARA:

1º) que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a sua habilitação para participar do procedimento licitatório, SRP n° 029/2023, Pregão Eletrônico n° 035/2023, não se enquadra em nenhum dos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, em função dos quais estaria impedida de licitar ou de contratar com a Administração Pública, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento;

**2º)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123/2006 e que não incorre em quaisquer impedimentos legais para usufruir dos benefícios dos artigos 42 a 49 da LC 123/2006;

**3º)** que não existe nenhum dos impedimentos para que a mesma se beneficie do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especificamente em relação aos incisos I a X, § 4º, artigo 3º da referida Lei.

Cidade.....

Assinatura...

(Carimbo de CNPJ da empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



- Autoclavável;

# MUNICÍPIO DE JECEABA

### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

### ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A en	npresa(Razão Social do LICITANTE)		, insc	crita no	CNPJ so	b o nº
	, sediada na(e	endereço	completo),	telefone (	)	,
vem,	apresentar proposta de preços no processo de lic	citação ep	igrafado, co	onforme a	planilha s	eguinte.
Nos r	preços apresentados, estão incluídos todos os e	ncargos,	como trans	porte de d	ualquer r	atureza,
	e descarga, encargos trabalhistas, previdenciário	_		•		,
•						~
	a, na oportunidade, como representante para a		•			-
contra	ato que possa vir a ser firmado com o Munic	cípio, o S	3r	, portado	or da Cai	teira de
Identi	dade nº, CPF nº, endereço					
Item	Descrição de Materiais	Quant.	Unidade	Marca	Valor	Valor
01	Balde de plástico graduado,				Unit.	Total
O I	- Material: Transparente;					
	- Capacidade: 20 litros;	04	Unid.		R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 1 litro;	04	Orna.		IΨ	ι (ψ
	- Composição: Polietileno;					
	- Para uso industrial, com resistência a					
	utilização de produtos químicos;					
	- Deve conter: Alça reforçada.					
02	Béquer forma baixa em Vidro					
	Borossilicato,					
	- Com bico vertedor;	04	Unid.		R\$	R\$
	- Capacidade: 1000 mL;					
	- Intervalo de graduação: 50 mL;					
	- Escala de graduação: de 50 a 1000 mL;					
	- Cor da graduação: branca;					
	- Diâmetro aproximado: 108 mm;					
02	- Altura aproximada: 156 mm.					
03	Béquer Polipropileno Graduado, - Copo béquer forma baixa;					
	- Capacidade: 50 mL;	05	Unid.		R\$	R\$
	- Autoclavável;	0.5	Office.		IVΨ	IVΨ
	- Com bico vertedor;					
	- Intervalo de graduação: 5 mL;					
	- Escala de graduação: de 10 a 50ml;					
	- Gravação: Silk-screen.					
04	Béquer Polipropileno Graduado,					
	- Copo béquer forma baixa;					
	- Capacidade: 100 mL;	06	Unid.		R\$	R\$
	- Autoclavável;					
	- Com bico vertedor;					
	- Intervalo de graduação: 10 mL;					
	- Escala de graduação: de 10 a 100 ml;					
05	- Gravação: Silk-screen.					
05	Béquer Polipropileno Graduado,					
	<ul><li>Copo béquer forma baixa;</li><li>Capacidade: 250 mL;</li></ul>	06	Unid.		R\$	R\$
	Capacidade. 200 IIIL,	00	l Oiliu.	l	1/Φ	1/4



### Estado de Minas Gerais

	Com bigg vertedor				
	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 25 mL;				
	- Escala de graduação: de 25 a 250 ml;				
	- Gravação: Silk-screen.				
06	Béquer Polipropileno Graduado,				
	- Copo béquer forma baixa;				
	- Capacidade: 600 mL;	06	Unid.	R\$	R\$
	- Autoclavável;				
	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 50 mL;				
	- Escala de graduação: de 50 a 600 ml;				
	- Gravação: Silk-screen.				
07	Béquer Polipropileno Graduado,				
	- Copo béquer forma baixa;				
	- Capacidade: 1000 mL;	15	Unid.	R\$	R\$
	- Autoclavável;				
	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 100 mL;				
	- Escala de graduação: de 100 a 1000 ml;				
	- Gravação: Silk-screen.		1		
08	Caixa Térmica para transporte e de				
	amostras de água,		1		
	- Corpo termoplástico de parede dupla,	02	Unid.	R\$	R\$
	isolado termicamente com espuma de	02	Orna.	Ι Ι.Ψ	Ι.Ψ
	poliuretano;				
	- Sistema de abertura da tampa tipo click que				
	é acionado através de um botão				
	localizado na alça da caixa; - Abre para qualquer lado, trancando				
	Abre para qualquer lado, trancando automaticamente ao fechar;				
	·				
	- Material não tóxico e reciclável;				
	- Cor externa azul ou verde e cor interna				
	branca;				
	- Dimensões aproximadas: 39 x 27 x 34,5 cm				
	(C x L x A).				
09	Cubetas,		1		
	- Redonda;		<b>.</b>		
	- Em vidro borossilicato;	14	Unid.	R\$	R\$
	- Com rosca e tampa;				
	- 24,5 x 78,6 mm;				
	- Compatível com o equipamento:				
	Turbidímetro Microprocessado de		1		
	Bancada II, Com memória – Alfakit.				
10	Cubetas,				
	- Redonda;				
	- Em vidro borossilicato;	14	Unid.	R\$	R\$
	- Com rosca e tampa;				
	- 16 mm;				
	- Compatível com o equipamento: Medidor de				
	Cor Aparente IIP, Com memória – Alfakit.		1		
11	Cubetas,				
	- Redonda;		1		
	- Em vidro borossilicato;	14	Unid.	R\$	R\$
	- Com rosca e tampa;				
	. 1 ′			<u>.                                      </u>	12



### Estado de Minas Gerais

	- 10 ml;				
	·				
	- Compatível com o equipamento: Turbidímetro TU430 –				
	AKSO.				
12	Cubetas,				
12	- Em vidro com tampa;				
	- 10 mL;	14	Unid.	R\$	R\$
	- Compatível com o equipamento: Fotômetro	17	Office.	ΙζΨ	IVΨ
	de bolso linha Checker Free Chlorine				
	(ppm).				
13	Eletrodo Combinado para determinação de				
13	pH em amostras de água,				
	- Escala de pH: 0 a 14;	02	Unid.	R\$	R\$
	- Escala de temperatura: 0 a 60 °C;	02	Office.	Ιλψ	ΙζΨ
	- Valor do pH no ponto zero: 7 +/- 1;				
	- Corpo do eletrodo: vidro;				
	- Líquido interno substituível;				
	- Conector: tipo BNC;				
	- Dimensões aproximadas: 12 mm (diâmetro)				
	x 140 mm (comprimento);				
	- Comprimento aproximado do cabo: 1000				
	mm.				
14	Luvas Látex Branca,				
'-	- Tamanho M;				
	- Sem pó;	15	Unid.	R\$	R\$
	- Caixa com 100 unidades.	10	Orna.	ΙΨ	1.Ψ
15	Pisseta plástica graduada,				
	- Frasco lavador plástico;				
	- Incolor;	06	Unid.	R\$	R\$
	- Autoclavável;	00	Oma.	Ψ	
	- Capacidade: 125 mL;				
	- Gravação: Silk-screen.				
16	Pisseta plástica graduada,				
	- Frasco lavador plástico;				
	- Incolor;	06	Unid.	R\$	R\$
	- Autoclavável;		0		114
	- Capacidade: 250 mL;				
	- Gravação: Silk-screen.				
17	Pisseta plástica graduada,				
	- Frasco lavador plástico;				
	- Incolor;	15	Unid.	R\$	R\$
	- Autoclavável;			•	•
	- Capacidade: 500 mL;				
	- Gravação: Silk-screen.				
18	Pisseta plástica graduada,				
	- Frasco lavador plástico;				
	- Incolor;	15	Unid.	R\$	R\$
	- Autoclavável;				
	- Capacidade: 1000 mL;				
L	- Gravação: Silk-screen.				
19	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	-			-
	- Capacidade: 100 mL;				
	- Com bico vertedor;	80	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 1,0 mL;				
					11



### Estado de Minas Gerais

	- Graduação: Alto relevo;				
20	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 100 mL;				
	- Com bico vertedor;	08	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 1,0 mL;		31113.	'`*	
	- Gravação: Silk-screen;				
21	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 250 mL;				
	- Com bico vertedor;	06	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 2,0 mL;				
	- Graduação: Alto relevo;				
22	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 250 mL;				
	- Com bico vertedor;	06	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 2,0 mL;				
	- Gravação: Silk-screen;				
23	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 500 mL;				
	- Com bico vertedor;	06	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Graduação: Alto relevo;				
24	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 500 mL;				
	- Com bico vertedor;	06	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Gravação: Silk-screen;				
25	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 1000 mL;				
	- Com bico vertedor;	02	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Graduação: Alto relevo;				
26	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 1000 mL;				
	- Com bico vertedor;	02	Unid.	R\$	R\$
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Gravação: Silk-screen;				
27	Suporte de plástico para secagem de				
	vidrarias,				
	- Confeccionada em polipropileno;	02	Unid.	R\$	R\$
	- Capacidade para 25 peças;				
	- Altura aproximada dos pinos 13 cm;				
	- Diâmetro aproximado dos pinos início 5mm				
	término 8 mm;				
	- Dimensões aproximadas do suporte 50 50				
	cm;				
28	Termômetro para Estufas Bacteriológicas,				
	- Escala interna;		1		
	- Capilar redondo amarelo ou branco;	02	Unid.	R\$	R\$
	- Enchimento de mercúrio;				
	- Fechamento redondo;				
	- Escala: -10 °C à 320 °C;				
	- Divisão: 5 °C;				
	- Precisão: ±2°C (até 210°C)/ ±3°C (acima de				
	210°C);				
					45



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- Comprimento: 150 mm; - Haste: 120 mm; - Diâmetro da haste: 7mm;			
- Diâmetro do corpo: 11,75mm.			
VALOR TOTALR\$	(VALOR TOTAL F	POR EXTENSO)	

A presente proposta tem prazo de validade de 60 dias a contar da data da entrega das propostas, excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

Local/ data. Assinatura do representante legal da empresa Carimbo de CNPJ



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

### ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONOMICA.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por
intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de
Identidade nº, órgão emissor e do CPF nº, DECLARA para
fins de participação no Pregão Eletrônico nº 035/2023, que sua proposta comercial compreende a
integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição
Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos
termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no §
1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
de de
(Local)(Data)

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

### ANEXO VI – DECLAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

### ANEXO VII – DECLAÇÃO DE AUSENCIA DE VINCULO

A empresa		,	inscrita	no	CNPJ	(M.F.)	sob	o n
, sedia	da à Rua/Avenida	a		nº		,	Setor/	/Bairro
	, na cidade de _		Est	ado	de	,	nest	e ato
representado pelo seu s	ócio/procurador o Ser	nhor	, nacio	onalio	dade, es	stado civ	∕il, res	idente
e domiciliado na	, portador da Ca	rteira de Identi	dade n°_		_ e CP	F n°		
DECLARA, sob as pen	as da Lei, que seus	s sócios, <b>não</b>	possuem	em	qualqı	uer víno	culo c	com A
PREFEITURA MUNICIPA	AL DE JECEABA - MO	Э.						
		Local e Data	_/	_/	<b>·</b>			
		Local C Data						



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

### ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### PREGÃO ELETRONICO N° PMJ/035/2023 PROCESSO LIC. Nº. PMJ/066/2023

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

- 1.1. A presenta Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à para futura e eventual aquisição de materiais para utilização no laboratório da Estação de Tratamento de água ETA, cujo preço(s) e fornecedor (es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supra citado.
- **1.2.** A entrega dos produtos poderá ser de acordo com os quantitativos e especificações constantes na Ordem de Compra expedida pelo Setor de Compras.
- **1.3.** O Município não se obriga a adquirir o produto constante deste Registro de Preços, podendo até realizar licitação específica para aquisição do material, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.
- **1.4.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão público em todas as esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal que não tenham participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- **1.4.1.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- **1.4.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- **1.4.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- **1.4.4.** As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- **1.5.** As quantidades constantes do Anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 035/2023 acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de XXX de XXX de 2023, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Precos com forca de Instrumento Contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **3.1.** Os pagamentos serão efetuados através de depósito na conta corrente da empresa, no Banco a ser informado no ato da assinatura da ata, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização da Prefeitura, juntamente com as cópias do CND do INSS, FGTS e CNDT.
- **3.2.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação;
- **3.3.** Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- **3.4.** A contratação junto ao fornecedor registrado, após a expedição de Autorização de Fornecimento pelo Setor de Compras será formalizada, por intermédio de Nota de Empenho, nos termos do DA LEI Nº 14.133/2021.
- **3.5.** Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços serão obrigados a retirar as Notas de Empenhos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- **3.6.** Para instruir a formalização da Nota de Empenho, o contratado deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, juntamente com a Nota Fiscal, as certidões negativas de débitos para com a seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e CNDT.
- **3.7.** O pagamento somente será realizado para os produtos constantes da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município.

### CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS.

- **4.1.** A 4ta de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
- **4.2.** Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover às negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.
- **4.3.** O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- **4.4.** Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
  - **4.4.1.** Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
  - **4.4.2.** A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:
  - a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista no art. 156º incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- **4.7.** O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:
  - a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido
- **4.8.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - a) Por razão de interesse público; ou
  - b) A pedido do fornecedor.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1 A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:
- **5.1.1.** Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:
  - a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
  - **b)** A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
  - c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
  - d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
  - e) Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;
  - f) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
  - **g)** No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
  - h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;
- 5.1.2. Pela Detentora quando:



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- **5.1.3.** A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços pelo Município.
- **5.2.** A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.
- **5.3.** Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.
- **5.4.** Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.
- **5.5.** A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;
- **5.6.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA E PUBLICIDADE:

- **6.1.** Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- **6.2.** A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
  - **6.2.1.** A Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico** nº 035/2023, terá seu extrato publicado no site oficial do município, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- 6.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.
- **6.4.** Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO E PRAZO

- **7.1.** Os itens somente serão recebidos após análise dos produtos, observadas as especificações contidas neste edital e seus anexos, devidamente certificado pela Secretaria Municipal Administração.
- **7.2.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos dos produtos.
- **7.3.** Itens em desacordo com as especificações exigidas não serão aceitos, ficando ao encargo da CONTRATADA a substituição.
- **7.4.** Material com irregularidades não serão aceitos.
- **7.5.** O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Edital, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **7.6.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- **7.7.** O prazo para a entrega do material começará a contar da data da Autorização de Fornecimento com conhecimento da CONTRATADA, podendo ser prorrogado pela Administração Pública, caso sejam constatados motivos necessários e relevantes.
- **7.8.** A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021

### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **8.1.** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:
- 8.2. Da Fornecedor-Beneficiária:
  - **a)** Executar com pontualidade os serviços solicitados conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;
  - **b)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;



### Estado de Minas Gerais

- **c)** Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Ata;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- **e)** Comunicar ao MUNICÍPIO modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- f) Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço.
- **8.2.1.** Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora.
- **8.2.2.** Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 8.3. Do Órgão Gerenciador e as Secretarias Municipais:
  - a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
  - **b)** Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
  - **c)** Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
  - **d)** Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
  - e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
  - f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
  - g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
  - h) Emitir requisição dos serviços a serem executados.
- 8.3. PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO PREVISTOS NESTE EDITAL deverá:



### Estado de Minas Gerais

- **8.3.1.** A prestação dos serviços de abastecimento será de acordo com a demanda da Secretaria requisitante, os produtos a serem entregues terão o prazo de 05 (cinco) dias após a Ordem de Compra.
- **8.3.2.** Os serviços serão conforme emissão da Autorização de Fornecimento.
- **8.3.3.** Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação comprovadas na licitação desse Pregão Presencial.
- **8.3.4.** Entregar o produto solicitado no endereço mencionado na Ordem de Compras.
- **8.3.5.** Substituir, às suas expensas o produto com irregularidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
- **8.3.6.** Responsabilizar-se pela entrega e armazenamento dos produtos de acordo com as especificações do fabricante.
- **8.3.7.** Anexar à Nota Fiscal a certidão negativa de débito junto ao INSS e o Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS e CNDT.
- **8.3.8.** Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
- **8.3.9.** Cumprir com todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- **8.3.10.** Efetuar os serviços/fornecimento dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração e em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.
- **8.3.11.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- **8.3.12.** Comunicar à Administração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega/serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, para que se proceda conforme Ata.
- **8.4.** A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em decorrência do fornecimento objeto do presente registro de preço.
- **8.5.** A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao MUNICÍPIO DE JECEABA ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.
- 8.6. A CONTRATADA deverá observar outras obrigações constantes da Ata de Registro de Preços.
- **8.7.** O MUNICÍPIO DE JECEABA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

8.8. É vedada a cessão do contrato e a subcontratação.

### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR E DO MUNICÍPIO.

- **9.1.** O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o MUNICÍPIO DE JECEABA MG, através da Secretaria Municipal de Administração.
- **9.2.** São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:
  - a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
  - **b)** Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
  - **c)** Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
  - **d)** Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
  - e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
  - f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
  - **g)** Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos/serviços, através de Servidor designado para tal.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

**10.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- 11.1 Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
  - a) Inexecução total ou parcialmente o contrato;
  - b) Apresentar documentação falsa;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.
- **11.2** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- **11.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

#### 11.2.2 Multa de:

- a) Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
- **b)** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.
- **11.2.3** Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Casa Grande/ MG pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- **11.4**. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 11.3 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.
- **11.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Nacional nº 14.133/2021.
- **11.5** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **11.6** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- **11.6.** A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 7, a seguir.



## Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

**11.7.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA 01** 

Grau Correspondência	% do valor anual do Contrato				
1	1%				
2	5%				
3	10%				
4	15%				
5	20%				
6	30%				

#### **TABELA 02**

Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	1	Por ocorrência
02	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material contratado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por posto
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
06	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência.
08	Deixar de fornecer autorização para abastecimento.	2	Por item e por ocorrência
09	Deixar de nomear preposto para representá-la durante a execução do contrato.	1	Por item e por ocorrência
10	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de ocorrência
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
13	Deixar de Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da	2	Por ocorrência e por dia



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

	documentação exigida por força do contrato.		
14	Deixar de Providenciar alternativas de abastecimento em caso de panes, falta do combustível, casos fortuitos ou de força maio	1	Por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e do edital do Pregão Presencial e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

- 11.8. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- **11.8.1.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- **11.8.2.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- **11.9.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados na Lei nº 14.133/2021, a obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TERMO CONTRATUAL

- **12.1.** As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, em estrita observância aos princípios gerais do direto e às normas contempladas em nossa legislação vigente.
- **12.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, ou a dar quitação em Nota de Empenho e retirar a Ordem de Fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas Lei nº 14.133/202.
- **12.3.** O edital do Pregão presencial integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.
- **12.4.** O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 com alterações posteriores.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48

**13.1.** A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias vigentes: 02008001 175120414 2.027 3.3.90.30.00 ficha 519.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO

**14.1.** A execução desta ata será gerenciada pela secretaria requisitante.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

- **15.1.** Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **15.2.** Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- **15.3.** Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
- **15.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
- **15.5.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
- **15.6.** Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- **15.7.** Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n° - CNPJ: 20.356.739/0001-48

**16.1.** Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

**16.3.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**16.4.** As partes elegem o foro da Comarca de Entre Rios de Minas para dirimir qualquer controvérsia a respeito do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assina	am a presente Ata.
Jeceaba, de	de 2023.
	José Donizete de Almeida Maia Prefeito Municipal de Jeceaba
Pela empresa:	
Empresa	



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n° - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

#### **ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO**

Processo ADM nº 063/2023 Contrato nº ...../2023 Pregão Eletrônico n° 035/2023

O Município de Jeceaba, por sua Prefeitura sediada na Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº, centro,
Jeceaba, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o $n^{\underline{o}}$ 20.356.739/0001-48, neste ato representado pelo
Prefeito Municipal senhor José Donizete Almeida Maia, doravante denominado CONTRATANTE e a
empresa, sediada na cidade de, MG, com endereço à Rua/Av.
,
neste instrumento, por, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,
celebram o presente contrato de compromisso de aquisição de materiais para utilização no
laboratório da Estação de Tratamento de água - ETA.
FUNDAMENTO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 034/2023 regido pela Lei 14.133/21 e a decreto Municipal 002/2022, homologado
pelo Gestor, em de, que é parte integrante do presente
instrumento contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:
, control of the second of the
PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente Contrato o compromisso de denominada simplesmente CONTRATADA
celebra o presente contrato de compromisso da aquisição de materiais para utilização no
laboratório da Estação de Tratamento de água - ETA, de acordo com o Termo de Homologação e
Adjudicação do Pregão Eletrônico nº <b>035/2023</b> , que faz parte deste instrumento.
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES
São partes indissociáveis deste Contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Pregão
Eletrônico nº <b>035/2023</b> e os seus Anexos.
210tt 011100 11
TERCEIRA - DO VALOR
O valor deste contrato é estimado em R\$().
C valor docto contrato o contrado em reprimera ().
QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **4.1.1.** Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e nota fiscal devidamente atestada por quem de direito e mediante atestado, emitido pelo setor competente, comprovando que a licitante vencedora cumpriu todas as condições pactuadas;
- **4.1.2.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;
- **4.1.3.** O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária ou cheque nominal;

#### **QUINTA - DO PRAZO**

5.1 - A vigência do contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar da assinatura e por ser fornecimento continuo a critério da administração poderá o contrato ser prorrogado até 60 (sessenta meses na forma do artigo 106, da lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.

#### SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO.

- **6.1.** O sistema de fornecimento dos objetos licitados será em entrega parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria Requisitante, mediante requisição do Setor de Compras, que será encaminhada ao fornecedor no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **6.2.** Todos os objetos deverão ser entregues mediante Ordem de Compra, no local estipulado para entrega, acompanhado da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento, por funcionário competente, sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.
- **6.3.** Prazo de entrega: em 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Compra.
- **6.4.** O Município de Jeceaba se reserva o direito de não receber os itens em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.
- **6.5.** A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens em que se verifiquem irregularidades.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **6.6.** O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens no ato da entrega, reservando-se o Município de Jeceaba o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.
- **6.7.** O local de entrega será aquele constante na Ordem de Compra.
- **6.8.** Correrá por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes do fornecimento.
- **6.9.** Por ocasião da entrega, a (as) fatura (s) ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela mesma razão social, inclusive o CNPJ do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.
- **6.10.** Por ocasião da entrega do material, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento;
- **6.11.** Constatadas irregularidades nos fornecimento a Administração poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-las no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **b)** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

#### SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- **7.1.** Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos.
- **7.2.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando o fornecimento em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade no fornecimento dos produtos;
- **7.3.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **7.4.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar o fornecimento, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários:
  - I. Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;
  - II. Fornecer materiais de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas vigentes. Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei;
- III. Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a entrega dos materiais, seja decorrente de vícios de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.
- IV. Não transferir, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos;
- V. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;
- VI. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do fornecimento do objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante.
- VII. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento dos, materiais.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **8.1**. Requisitar, por meio de Requisição de Compras, a prestação dos produtos, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante e atestar o recebimento gradual dos materiais.
- **8.2.** Conferir o fornecimento dos materiais, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pelos produtos nas condições especificadas.
- **8.3.** Proporcionar condições à licitante vencedora para fornecimento dos materiais dentro das normas estabelecidas.
- **8.4.** Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na prestação dos materiais e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.
- **8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- 8.6. Impedir que terceiros fornecessem o objeto deste edital.
- 8.7. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.
- **8.8.** Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega.

#### NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS.

- **9.1.** Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento;
  - 9.2. Constatadas irregularidades nas peças o CONTRATANTE poderá:
    - a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-las no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
    - **b)** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **9.3.** Nas hipóteses de substituição ou complementação, a CONTRATADA deverá fazê-las em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, imediatamente, contadas da notificação por escrito, mantidas o preço inicialmente contratado;
- **9.4.** O recebimento definitivo dos materiais dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

#### DÉCIMA - DA REVISÃO DE PREÇOS.

**10.1.** Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

**Parágrafo único –** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

celebrados entre as partes ultrapassar o limite indicado. econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

### **DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

- **11.1.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
  - a) Inexecução total ou parcialmente o contrato;
  - b) Apresentar documentação falsa;
  - c) Comportar-se de modo inidôneo;
  - d) Cometer fraude fiscal;
  - e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.
- **11.2.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- **11.2.1**. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

#### 11.2.2. Multa de:

- **a)** Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
- **b)** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.
- **11.2.3.** Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Casa Grande/ MG pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- **11.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 11.3. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **11.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Nacional nº 14.133/2021.
- **11.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **11.6.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- **11.6.** A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 7, a seguir.
- **11.7.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 01

Grau Correspondência	% do valor anual do Contrato				
1	1%				
2	5%				
3	10%				
4	15%				
5	20%				
6	30%				

#### **TABELA 02**

Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade,	1	Por ocorrência
	paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.		
02	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material contratado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por posto
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
06	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
07	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência.
80	Deixar de fornecer autorização para abastecimento.	2	Por item e por



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

			ocorrência
09	Deixar de nomear preposto para representá-la durante	1	Por item e por
	a execução do contrato.		ocorrência
10	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato	1	Por dia de
	ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.		ocorrência
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução	2	Por ocorrência
	complementar da FISCALIZAÇÃO.		
12	Deixar de manter sede, filial ou escritório de	1	Por ocorrência e
	atendimento na cidade local de prestação dos		por dia
	serviços.		
13	Deixar de Entregar ou entregar com atraso os	2	Por ocorrência e
	esclarecimentos formais solicitados para sanar as		por dia
	inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a		
	análise da documentação exigida por força do		
	contrato.		
14	Deixar de Providenciar alternativas de abastecimento	1	Por ocorrência
	em caso de panes, falta do combustível, casos		
	fortuitos ou de força maio		
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e do edital do	3	Por item e por
	Pregão Presencial e seus anexos não previstos nesta		ocorrência
	tabela de multas, após reincidência formalmente		
	notificada pela unidade fiscalizadora.		

- 11.8. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- **11.8.1.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- **11.8.2.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- **11.9.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados na Lei nº 14.133/2021, a obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TERMO CONTRATUAL

- **12.1.** As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, em estrita observância aos princípios gerais do direto e às normas contempladas em nossa legislação vigente.
- **12.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, ou a dar quitação em Nota de Empenho e retirar a Ordem de Fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas Lei nº 14.133/2021 com as alterações posteriores.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **12.3.** O edital do Pregão presencial integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.
- **12.4.** O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e com alterações posteriores.

#### DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO.

- **13.1.** A rescisão deste contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.
- **13.2.** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

### DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações do orçamento do CONTRATANTE: 02008001 175120414 2.027 3.3.90.30.00 ficha 519.

#### DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- **14.1**. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou
- **14.2.** A CONTRATADA fica obrigada a, durante a vigência deste contrato, atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo a procrastinação do fornecimento, a que título for, salvo casos fortuitos ou de força maior que independam da sua vontade.
- **14.3**. As quantidades indicadas no Anexo I deste contrato são estimadas e servem como mera referência, podendo o CONTRATANTE aumentá-las ou diminuí-las de acordo com suas necessidades.
- **14.4.** A recusa da CONTRATADA em retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido na cláusula sétima caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas no subitem 11.1. II, "b" deste contrato.
- **14.5.** Os fornecimentos decorrentes deste contrato serão para todos os fins de direito, tratados como contratações autônomas e independentes.



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **14.6.** Este contrato rege-se pelos preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei 14.133/2021, aplicando-se lhe, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- **14.7.** A publicação da síntese deste contrato na Imprensa Oficial será providenciada pelo CONTRATANTE.
- **14.8.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contratado.
- **14.9**. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

#### **DÉCIMA QUINTA - DO FÔRO**

É competente para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento o foro da Comarca de Entre Rios de Minas, MG.

> Prefeitura Municipal de Jeceaba Contratante

> > Testemunhas:



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n° - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

### ANEXO X – DECLARAÇÃO DE IDONIEDADE

A Empresa		,	inscrita	no CNP	J sob o	nº		,	com	sede	na
	, po	or intermé	dio do s	seu repre	esentante	legal	o(a)	Sr(a)			,
portador(a) d	o Docum	ento de Ide	ntidade n	o		, órgão	emiss	or		e	do
CPF nº		, DECL	ARA para	i fins de p	oarticipaçã	ăo no <b>F</b>	regão	Eletrôni	co nº (	034/20	<b>23</b> ,
não ter receb	ido do M	unicípio de	Jeceaba,	ou de qu	alquer ou	tra enti	dade d	a Admini	stração	direta	ou
indireta em â	imbito Fe	deral, Esta	dual e M	unicipal, S	SUSPENS	ÃO TE	MPOR	ÁRIA de	partici	oação	em
licitação e ou	ı impedim	nento de co	ntratar co	om a Adm	inistração	Públic	a, ass	m como	não ter	receb	ido
DECLARAÇÂ	ÁO DE IN	IDONEIDA	DE para	licitar ou	contratar o	com a /	Admini	stração F	ederal,	Estad	ual
e Municipal.											

LOCAL / DADA / ASSINATURA



### Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

### ANEXO XI – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE PREÇO

Item	Descrição de Materiais	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
	Balde de plástico graduado,				
1	- Material: Transparente;				
	- Capacidade: 20 litros;				
	- Intervalo de graduação: 1 litro;	4	Unid.	R\$ 128,70	R\$ 514,80
	- Composição: Polietileno;		0		114 01 1,00
	- Para uso industrial, com resistência a utilização de produtos químicos;				
	- Deve conter: Alça reforçada.				
	Béquer forma baixa em Vidro Borossilicato,				
	- Com bico vertedor;				
	- Capacidade: 1000 mL;				
2	- Intervalo de graduação: 50 mL;	04	Unid.	R\$ 30,09	R\$ 120,36
_	- Escala de graduação: de 50 a 1000 mL;			Νφ 30,09	Αψ 120,30
	- Cor da graduação: branca;				
	- Diâmetro aproximado: 108 mm;				
	- Altura aproximada: 156 mm.				
	Béquer Polipropileno Graduado,		Unid.	R\$ 5,59	R\$ 27,95
	- Copo béquer forma baixa;	1			
	- Capacidade: 50 mL;				
3	- Autoclavável;	5			
	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 5 mL;				
	- Escala de graduação: de 10 a 50ml;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Béquer Polipropileno Graduado,				
	- Copo béquer forma baixa;			R\$ 5,91	
	- Capacidade: 100 mL;				
4	- Autoclavável;	6	Unid.		R\$ 35,46
	- Com bico vertedor;				<b>,</b> , -
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Escala de graduação: de 10 a 100 ml;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Béquer Polipropileno Graduado,				
_	- Copo béquer forma baixa;		Unid.	R\$ 10,16	R\$ 60,96
5	- Capacidade: 250 mL;	6			
	- Autoclavável;				
	- Com bico vertedor;				



### Estado de Minas Gerais

	- Intervalo de graduação: 25 mL;				
	- Escala de graduação: de 25 a 250 ml;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Béquer Polipropileno Graduado,				
	- Copo béquer forma baixa;				
	- Capacidade: 600 mL;				
	- Autoclavável;	•		D# 40.00	D 0 77 0 4
6	- Com bico vertedor;	6	Unid.	R\$ 12,89	R\$ 77,34
	- Intervalo de graduação: 50 mL;				
	- Escala de graduação: de 50 a 600 ml;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Béquer Polipropileno Graduado,				
	- Copo béquer forma baixa;				
	- Capacidade: 1000 mL;				
_	- Autoclavável;	45	Unid.	R\$ 17,98	R\$ 269,70
7	- Com bico vertedor;	15			
	- Intervalo de graduação: 100 mL;				
	- Escala de graduação: de 100 a 1000 ml;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Caixa Térmica para transporte e de amostras de água,				
8	<ul> <li>Corpo termoplástico de parede dupla, isolado termicamente com espuma de poliuretano;</li> <li>Sistema de abertura da tampa tipo click que é acionado através de um botão localizado na alça da caixa;</li> <li>Abre para qualquer lado, trancando automaticamente ao fechar;</li> </ul>	02	Unid.	R\$ 183,66	R\$ 367,32
	- Material não tóxico e reciclável;				ı
	- Cor externa azul ou verde e cor interna branca;				
	- Dimensões aproximadas: 39 x 27 x 34,5 cm (C x L x A).				
	Cubetas,				
	- Redonda;				
	- Em vidro borossilicato;				
9	- Com rosca e tampa;	14	Unid.	R\$ 43,15	R\$ 604,10
	- 24,5 x 78,6 mm;				
	<ul> <li>Compatível com o equipamento: Turbidímetro Microprocessado de Bancada II, Com memória – Alfakit.</li> </ul>				
10	Cubetas,	14	Unid.	R\$ 43,15	R\$ 604,10



## Estado de Minas Gerais

1	- Redonda;				
	- Em vidro borossilicato;				
	- Com rosca e tampa;				
	- 16 mm;				
	- Compatível com o equipamento: Medidor de Cor Aparente IIP, Com memória – Alfakit.				
	Cubetas,				
	- Redonda;				
	- Em vidro borossilicato;				
11	- Com rosca e tampa;	14	Unid.	R\$ 58,86	R\$ 824,04
	- 10 ml;				
	- Compatível com o equipamento: Turbidímetro TU430				
	- -				
	AKSO.				
	Cubetas,				
12	- Em vidro com tampa;	14	Unid.	R\$ 91,98	R\$ 1.287,72
'-	- 10 mL;		Office.	πψ σ 1,00	ΤΦ 1.207,72
	- Compatível com o equipamento: Fotômetro de bolso linha Checker Free Chlorine (ppm).				
	Eletrodo Combinado para determinação de pH em amostras de água,				
	- Escala de pH: 0 a 14;				
	- Escala de temperatura: 0 a 60 °C;				
	- Valor do pH no ponto zero: 7 +/- 1;				
13	- Corpo do eletrodo: vidro;	02	Unid.	R\$ 338,08	R\$ 676,16
	- Líquido interno substituível;				
	- Conector: tipo BNC;				
	- Dimensões aproximadas: 12 mm (diâmetro) x 140 mm				
	(comprimento);				
	- Comprimento aproximado do cabo: 1000 mm.				
	Luvas Látex Branca,				
14	- Tamanho M;	15	Unid.	R\$ 29,24	R\$ 438,60
	- Sem pó;				
	- Caixa com 100 unidades.				
	Pisseta plástica graduada,				
	- Frasco lavador plástico;				
15	- Incolor;	6	Unid.	R\$ 8,40	R\$ 50,40
	- Autoclavável;			·	
	- Capacidade: 125 mL;				
	- Gravação: Silk-screen.				



## Estado de Minas Gerais

	Pisseta plástica graduada,				
16	- Frasco lavador plástico;	6	Unid.	R\$ 10,54	R\$ 63,24
	- Incolor;				
	- Autoclavável;				
	- Capacidade: 250 mL;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Pisseta plástica graduada,				
	- Frasco lavador plástico;				
47	- Incolor;	15	Unid.	R\$ 13,00	R\$ 195,00
17	- Autoclavável;				
	- Capacidade: 500 mL;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Pisseta plástica graduada,				
	- Frasco lavador plástico;	15	Unid.	R\$ 18,63	R\$ 279,45
18	- Incolor;				
'	- Autoclavável;				
	- Capacidade: 1000 mL;				
	- Gravação: Silk-screen.				
	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	08	Unid.	R\$ 12,59	R\$ 100,72
	- Capacidade: 100 mL;				
19	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 1,0 mL;				
	- Graduação: Alto relevo;				
	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	08	Unid.	R\$ 9,41	R\$ 75,28
	- Capacidade: 100 mL;				
20	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 1,0 mL;				
	- Gravação: Silk-screen;				
	Proveta Graduada em Prolipopileno, - Capacidade: 250 mL;	06	Unid.	R\$ 19,57	R\$ 117,42
24	•				
21	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 2,0 mL;				
	- Graduação: Alto relevo;				
	Proveta Graduada em Prolipopileno, - Capacidade: 250 mL;				
22	•	06	Unid.	R\$ 16,34	R\$ 98,04
	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 2,0 mL;				
22	- Gravação: Silk-screen;	06	Heid	D¢ 25 47	D¢ 244 02
23	Proveta Graduada em Prolipopileno ,	06	Unid.	R\$ 35,17	R\$ 211,02



## Estado de Minas Gerais

	- Capacidade: 500 mL;				
	- Com bico vertedor;				
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Graduação: Alto relevo;				
	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
24	- Capacidade: 500 mL;				
	- Com bico vertedor;	06	Unid.	R\$ 26,67	R\$ 160,02
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Gravação: Silk-screen;				
	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 1000 mL;				
25	- Com bico vertedor;	02	Unid.	R\$ 69,68	R\$ 139,36
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Graduação: Alto relevo;				
	Proveta Graduada em Prolipopileno ,				
	- Capacidade: 1000 mL;				
26	- Com bico vertedor;	02	Unid.	R\$ 59,97	R\$ 119,94
	- Intervalo de graduação: 10 mL;				
	- Gravação: Silk-screen;				
	Suporte de plástico para secagem de vidrarias,				
	- Confeccionada em polipropileno;				
27	- Capacidade para 25 peças;	02	Lloid	D¢ 204 07	D¢ 402 04
27	- Altura aproximada dos pinos 13 cm;	02	Unid.	R\$ 201,97	R\$ 403,94
	- Diâmetro aproximado dos pinos início 5mm término 8				
	mm; - Dimensões aproximadas do suporte 50 50 cm;				
	Termômetro para Estufas Bacteriológicas,				
	- Escala interna;				
	- Capilar redondo amarelo ou branco;				
	- Enchimento de mercúrio;				
	- Fechamento redondo;				
28	- Escala: -10 °C à 320 °C;	00	Lloid	D# 200 62	D¢ 570.06
28	- Divisão: 5 °C;	02	Unid.	R\$ 289,63	R\$ 579,26
	- Precisão: ±2°C (até 210°C)/ ±3°C (acima de 210°C);				
	- Comprimento: 150 mm;				
	- Haste: 120 mm;				
	- Diâmetro da haste: 7mm;				
	- Diâmetro do corpo: 11,75mm.				
V	VALOR TOTALR\$ 8.501,70 (oito mil, quinhentos e um reais e setenta centavos)				